



PORTUGAL

Um novo governo sob pressão da ultradireita

Primeiro-ministro Luís Montenegro, líder da Aliança Democrática, assume hoje o comando do país com a missão de enfrentar a insatisfação popular. Legisladores e dirigentes ultraconservadores do partido Chega prometem criar obstáculos

» VICENTE NUNES
CORRESPONDENTE

Miguel Riopa/AFP



Luís Montenegro celebra vitória nas eleições de 10 de março: novo premiê, de centro-direita, terá a missão de impulsionar a economia do país

Lisboa — Depois de uma eleição acirrada, em que o grupo vencedor, a Aliança Democrática, não conseguiu fazer maioria na Assembleia da República, Portugal terá um novo governo a partir de hoje. O novo primeiro-ministro, Luís Montenegro, do Partido Social Democrata (PSD), de centro-direita, anunciou o ministério, mas sabe que terá pouquíssimo tempo para mostrar serviço. Há um descontentamento claro da população quanto aos rumos do país, que enfrenta uma crise sem precedentes na habitação e vê a qualidade dos serviços públicos desabar. As insatisfações incluem, também, médicos, professores e policiais, que vêm fazendo consecutivas greves por melhores salários. Nesse contexto, a extrema-direita arreganha os dentes, pronta para criar embaraços ao governo que se aloja no Palácio de São Bento.

O primeiro teste de Montenegro antes de tomar posse foi dramático. Ele viu três de suas tentativas de fazer o presidente do Parlamento fracassarem, por total incapacidade de costurar o apoio necessário. A vitória do candidato dele, José Pedro Aguiar-Branco, só foi possível após um acordo inédito com o Partido Socialista (PS), que governou Portugal nos últimos oito anos. O acordo prevê que Aguiar-Branco chefe a Assembleia da República pelos próximos dois anos e os socialistas, nos dois anos seguintes. Foi a forma encontrada para evitar uma aliança entre Montenegro e o Chega, partido da ultradireita que elegeu 50 deputados, quadruplicando a bancada em relação a 2022. O novo primeiro-ministro sabe que qualquer proximidade com os radicais de direita pode implodir o partido dele.

O acordo com os socialistas, porém, é limitado. O secretário-geral do PS, Pedro Nuno Santos, deixou claro que a legenda será oposição ao novo governo. Ou seja, Montenegro terá de mostrar uma habilidade enorme para aprovar a revisão do Orçamento de 2024, que ele tanto defendeu durante a campanha. O remanejamento de receitas e despesas do governo é

fundamental para que o primeiro-ministro empossado possa cumprir algumas das principais promessas: reajustes de salários para professores, médicos e forças de segurança, apoio às famílias para enfrentar a crise habitacional e corte de impostos. Sem um acordo com o PS, o líder da Aliança Democrática ficará refém da extrema-direita, o que provoca calafrios em sua base no Parlamento.

Do ponto de vista econômico, o novo primeiro-ministro não tem do que reclamar. Há tempos não se vê as finanças públicas tão arremadas. O Tesouro Nacional está com superávit em caixa, e a dívida federal caiu, pela primeira vez desde 2009, abaixo dos 100% do Produto Interno Bruto (PIB). Mais: a inflação acumulada nos 12 meses terminados em março ficou em 2,3%, depois de superar os 10%, e a atividade cresce acima de 2%, superando a média dos países da União Europeia. Contudo, esse quadro positivo não é percebido

pela maioria da população, que reclama dos baixos salários, da perda de poder aquisitivo e da incapacidade de comprar ou mesmo alugar um imóvel. Nunca tantos portugueses se amontoaram em uma mesma casa.

Na marca do pênalti

Os pessimistas dizem que o governo de Montenegro não vai durar sequer um ano, o que é rebatido pelo secretário-geral do PSD, Hugo Soares. Ele garante que a Aliança Democrática fará as mudanças necessárias, e na velocidade desejada pelos portugueses, para "colocar Portugal novamente nos rumos". Há, no entender dele, plena consciência de que é preciso ampliar a oferta de moradias, seja para compra, seja para aluguel, reduzir as filas no Sistema Nacional de Saúde (SNS), recompor os salários de médicos, professores e policiais e dar maior dinamismo à economia. Tudo isso,

porém, passa pela construção de um apoio sólido no Parlamento.

Economista e professor do Instituto Universitário de Lisboa (Iscte), Ricardo Arroja tem destacado, por meio de artigos, que, se Montenegro conseguir resolver dois ou três dos principais problemas enfrentados por Portugal, o governo da Aliança Democrática terá valido a pena. Arroja defende, como prioridade, a redução da carga de impostos em relação ao PIB, além de parcerias entre os setores público e privado nas áreas da saúde e da habitação.

O corte de tributos, na avaliação dele, deve beneficiar, sobretudo, os mais jovens, que foram cooptados, em boa parte, pela ultradireita. Já as melhorias no sistema de saúde atingiriam, em cheio, a população mais envelhecida, que reclama da falta de médicos e do sucateamento de hospitais públicos. Essa mesma parcela cobra mais segurança, o que passa pela

revisão dos salários de policiais, que também engrossam as fileiras dos defensores do radical Chega. No caso dos professores, o ponto crucial é a tabela de remuneração e de promoções.

Brasileiros à deriva

Os especialistas chamam, ainda, a atenção para a questão migratória, que abrange os brasileiros que vivem em Portugal. Em outubro do ano passado, o governo socialista extinguiu o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), substituído pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo (Aima), com a promessa de que os serviços aos imigrantes seriam aprimorados e agilizados. Seis meses se passaram e a situação só piorou, com mais de 340 mil processos pendentes. À época da discussão no Parlamento sobre o fim do SEF, o PSD, de Montenegro, foi contra. Mas, durante a campanha, ele fugiu o quanto pôde do assunto.

50

Total de deputados do partido de extrema-direita Chega que vão compor a nova Assembleia da República

O certo é que, em meio à confusão criada pelo governo passado, mais de 170 mil brasileiros estão correndo o risco de voltar para a ilegalidade. Esses cidadãos foram regularizados por meio de um acordo firmado entre Portugal e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). As autorizações de residência concedidas pelo governo, com validade de um ano, estão vencendo e, até agora, ninguém sabe o que fazer. Havia a promessa de que as renovações dos documentos seriam automáticas, o que não está ocorrendo.

Segundo a advogada Priscila Nazareth Corrêa, são vários os casos de brasileiros que estão perdendo o emprego por causa da autorização de residência vencida. "Conversei pessoalmente com a Coordenadora da Aima no Porto, Isabel Silva, e ela foi enfática ao dizer que o governo não tem uma solução à vista para esses casos", relata. "Estamos falando de pessoas que pagam todos os impostos em Portugal, que escolheram o país para viver e, agora, sem veem em um limbo jurídico", acrescenta. Para piorar, a União Europeia questiona a validade do acordo entre Portugal e a CPLP.

Todo esse problema ocorre em um ambiente perigoso, de aumento da xenofobia em Portugal, estimulada pela extrema-direita. Os empresários já avisaram a Montenegro que, sem a mão de obra estrangeira, o país para, sobretudo, nos setores de turismo, que representa 18% do PIB, e da construção civil. Aliados do novo primeiro-ministro pedem paciência, mas sabem que o relógio já começou a correr contra o governo a ser empossado. Detalhe: por lei, caso a atual administração fracasse, dentro de seis meses, o presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, pode dissolver o Parlamento e convocar novas eleições.

ORIENTE MÉDIO

Irã ameaça "resposta decisiva" a ataque de Israel

» RODRIGO CRAVEIRO

Um bombardeio israelense ocorreu por volta das 17h (11h em Brasília), no coração de Damasco, destruiu um anexo do consulado do Irã na capital da Síria e matou 11 pessoas, incluindo sete membros da Guarda Revolucionária Iraniana e três altos comandos da Força Quds — o seu braço de operações no exterior: o general de brigada Mohamad Reza Zahedi e o seu vice, Mohammad Hadi Haji Rahimi, além do general Hossein Amirollah, chefe do Estado-Maior da facção na Síria e no Líbano. As autoridades de Teerã prometeram uma "resposta decisiva" à agressão. Segundo a nacionalidade, as vítimas são oito iranianos, dois sírios e um libanês, todos combatentes, nenhum civil. O movimento xiita libanês Hezbollah sublinhou que o bombardeio "não passará sem que o inimigo seja punido e receba vingança".

Por meio da rede social X (antigo Twitter), o embaixador do Irã na Síria, Hossein Akbari, denunciou o ataque. "Com extrema brutalidade, contrariando todas as convenções internacionais, atacaram o meu local de residência e a seção consular da embaixada. Retaliaremos quando quisermos", avisou. De acordo com ele, o bombardeio foi executado por aviões de combate F-35 e seis mísseis. O Ministério da Defesa sírio divulgou nota por meio da qual afirmou que o ataque "destruiu todo o edifício, matando e ferindo todos os que estavam dentro".

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Hossein Amir Abdollahian, telefonou para o chanceler sírio, Faysal Meqdad, e condenou a ação israelense. Abdollahian acusou o governo de Benjamin Netanyahu de "violou todos os compromissos e convenções internacionais" e disse que o responsabilizaria pelas "ações criminosas".

Ele acrescentou que o premiê israelense "perdeu completamente seu equilíbrio mental depois de derrotas repetidas em Gaza".

Para o iraniano Naysan Rafati, analista do think tank International Crisis Group (ICG), o ataque foi importante por duas razões: além de ter alvejado vários integrantes da Guarda Revolucionária, atingiu um prédio do consulado. "Ele também ocorre no momento em que as tensões entre Israel e Irã haviam aumentado, tanto direta, quanto indiretamente, por meio de vários grupos apoiados por Teerã no Líbano, no Iraque e no Iêmen", afirmou ao **Correio**. Apesar de admitir que as autoridades iranianas alertaram sobre uma resposta ao bombardeio, Rafati vê com ceticismo essa possibilidade. "A retaliação contra os interesses de Israel ou dos Estados Unidos poderia resultar em uma espiral de escalada mais perigosa."

Maher Al Mounes/AFP



Por sua vez, Abas Aslani — jornalista e pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos sobre o Oriente Médio (em Teerã) — lembrou a reportagem que Irã e Israel têm estado em confronto há vários anos, basicamente de forma indireta. "O que aconteceu hoje (ontem) é diferente e representa uma grave escalada por uma série de razões. Em

primeiro lugar, pela qualidade das personalidades mortas no bombardeio, incluindo um comandante sênior, responsável pela presença da Guarda Revolucionária na Síria e no Líbano. Em segundo lugar, pelo fato de o consulado iraniano ser considerado território do Irã. Esse ataque israelense foi um ato de provocação contra o Irã", observou Aslani.

Socorristas inspecionam escombros do prédio anexo ao consulado iraniano, após bombardeio, em Damasco

O especialista acredita que, ao atacar o consulado em Damasco, Israel busca forçar um envolvimento mais incisivo dos Estados Unidos na guerra contra o movimento extremista islâmico Hamas, após não conseguir alcançar os objetivos. "Ao criar uma crise externa, Netanyahu tenta concentrar as atenções e obter apoio de aliados", disse Aslani. Ele aposta que levará tempo para uma retaliação iraniana. "Poderá vir com um ataque direto a interesses israelenses ou norte-americanos no Oriente Médio ou a forças aliadas do Irã na região. O Irã não tem saída a não ser retaliar. Uma atitude passiva representaria luz verde para que os israelenses mantenha ataques desse tipo", acrescentou.